

resultados

3T19



isa

CTEEP



São Paulo, 05 de novembro de 2019 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do terceiro trimestre de 2019 (3T19) e dos primeiros nove meses do ano (9M19). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
Receita Líquida	658,5	605,9	8,7%	2.045,1	2.077,6	(1,6%)
EBITDA Ajustado <sup>1</sup>	566,2	517,7	9,4%	1.780,0	1.884,6	(5,6%)
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>78,0%</i>	<i>79,7%</i>	<i>(1,7) p.p.</i>	<i>79,0%</i>	<i>82,7%</i>	<i>(3,7) p.p.</i>
Lucro Líquido	414,6	191,5	116,5%	889,0	839,2	5,9%
<i>Margem Líquida</i>	<i>63,0%</i>	<i>31,6%</i>	<i>31,3 p.p.</i>	<i>43,5%</i>	<i>40,4%</i>	<i>3,1 p.p.</i>
ROE (acumulado de 12 meses)	19,0%	14,4%	4,6 p.p.	19,0%	14,4%	4,6 p.p.

<sup>1</sup> Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

### Teleconferência 3T19

**06.11.2019**

**10h00 (BRT) / 08h00 (EDT)**

#### Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 3193-1070 / +55 11 2820-4070

Outros Países: +1 646 828-8246 / +1 646 291-8936

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores: [www.isactEEP.com.br/ri](http://www.isactEEP.com.br/ri)

### Contatos - Relações com Investidores

Alessandro Gregori Filho  
Michelle Lourenço Corda  
Luciana Silvestre Fonseca  
Gabriela Rigo Bussotti

**Telefone:**  
**+55 11 3138-7407**  
**E-mail:**  
**[ri@isactEEP.com.br](mailto:ri@isactEEP.com.br)**





## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>A ISA CTEEP</b>	
1.1	A ISA CTEEP	4
1.2	Composição Acionária	5
1.3	Estrutura Societária	6
1.4	Crescimento	6
<b>2.</b>	<b>Desempenho Operacional</b>	<b>8</b>
<b>3.</b>	<b>Desempenho Financeiro</b>	<b>9</b>
3.1	Reajuste Anual da RAP	9
3.2	Receita Operacional	11
3.3	Custos e Despesas de O&M	12
3.4	Equivalência Patrimonial	12
3.5	EBITDA e Margem	13
3.6	Resultado Financeiro	14
3.7	Lucro Líquido	14
3.8	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	15
<b>4.</b>	<b>Endividamento</b>	<b>16</b>
<b>5.</b>	<b>Investimentos</b>	<b>17</b>
<b>6.</b>	<b>Proventos</b>	<b>17</b>
<b>7.</b>	<b>Mercado de Capitais</b>	<b>18</b>
<b>8.</b>	<b>Eventos do Período</b>	<b>19</b>
<b>9.</b>	<b>Eventos Subsequentes</b>	<b>19</b>
<b>10.</b>	<b>Outras Informações Relevantes</b>	<b>19</b>
10.1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	19
10.2	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	21
<b>11.</b>	<b>Anexos</b>	<b>23</b>

\* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



## A ISA CTEEP

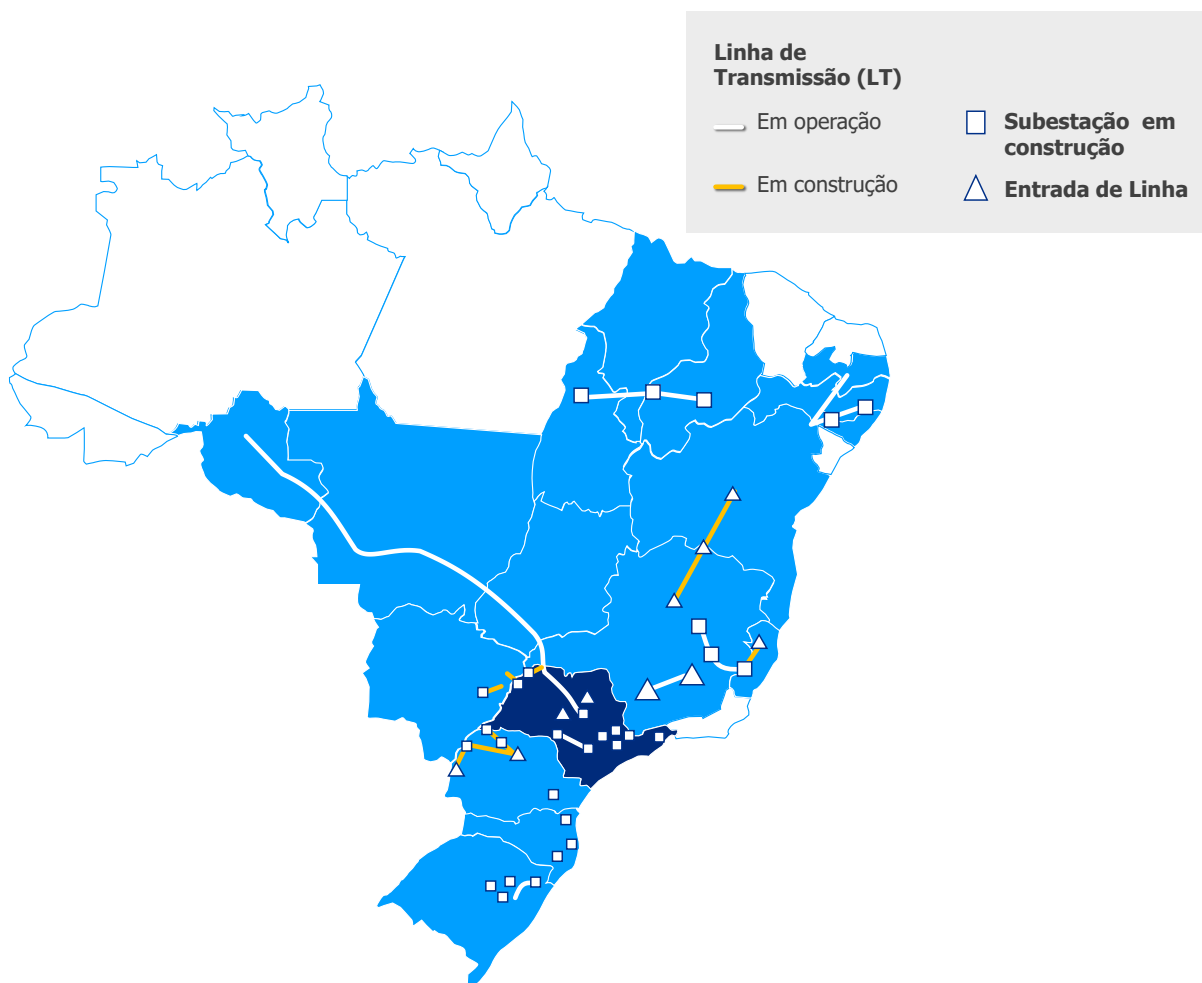
A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão de energia do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 25% de toda a energia elétrica do Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 30 de setembro de 2019, a capacidade instalada da Companhia (controladora, controladas e coligadas em operação) totalizou 65,9 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias com tensão de até 550 kV.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de mais de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos três anos a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.



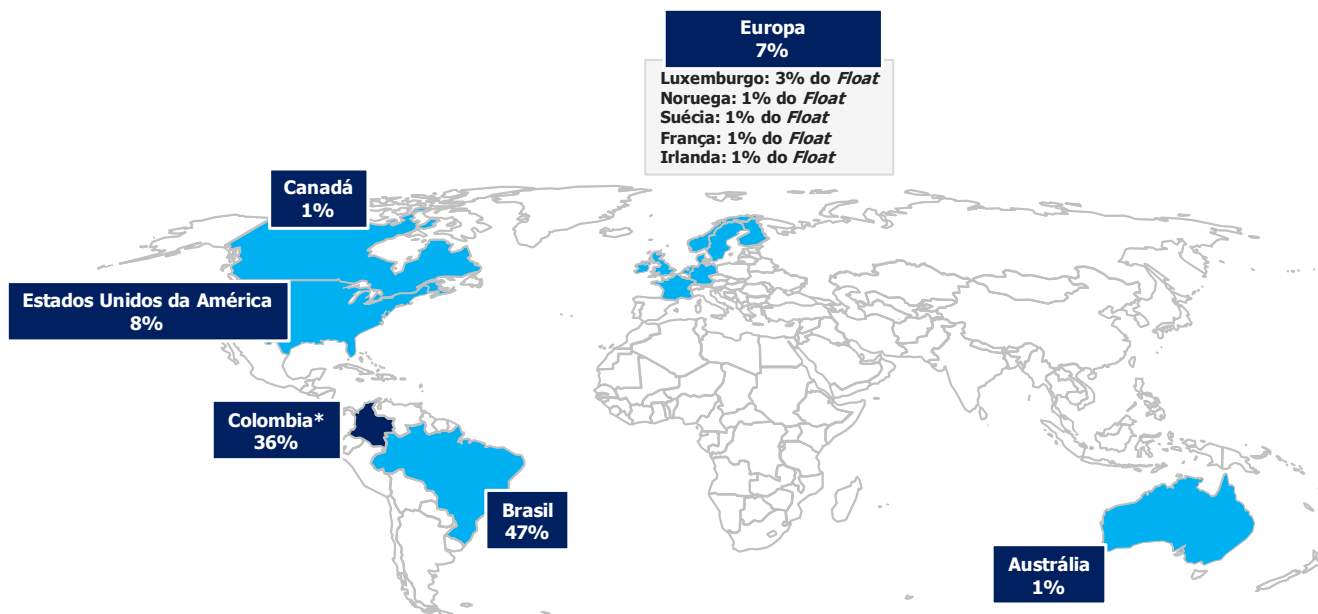


## Composição Acionária

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatinas de sistemas de infraestrutura lineares, e tem entre seus investidores a Eletrobras, o maior grupo brasileiro de energia elétrica.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
<b>ISA Capital do Brasil</b>	<b>230.856.832</b>	<b>89,50%</b>	<b>5.144.528</b>	<b>1,28%</b>	<b>236.001.360</b>	<b>35,82%</b>
<b>Administradores</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>4.000</b>	<b>0,00%</b>	<b>4.000</b>	<b>0,00%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>27.080.900</b>	<b>10,50%</b>	<b>395.797.044</b>	<b>98,72%</b>	<b>422.877.944</b>	<b>64,18%</b>
Eletrobras	25.158.644	9,75%	208.023.032	51,88%	233.181.676	35,39%
Outros	1.922.256	0,75%	187.774.012	46,83%	189.696.268	28,79%
<b>Total</b>	<b>257.937.732</b>	<b>100%</b>	<b>400.945.572</b>	<b>100%</b>	<b>658.883.304</b>	<b>100%</b>

### Distribuição do Capital Total em 30/09/2019



\* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

Excluindo as participações de Eletrobras e ISA, em 30 de setembro de 2019, 61% da base acionária era composta por investidores estrangeiros (31% América do Norte, 26% Europa, 3% Oceania e 1% Ásia) e 39% por investidores brasileiros.



## Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas e coligadas, conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2019/2020 <sup>1</sup> (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2019/2020 (R\$ milhões)	Regime Fiscal <sup>2</sup>	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.579	2.579	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	511	260	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivaí	Em construção	Paraná	294	147	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguçu	Em construção	Bahia / MG	118	59	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	91	46	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	79	40	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	57	57	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	58	58	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	59	59	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	52	52	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Em construção	São Paulo	51	51	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NNE	Operacional	Tocantins	46	46	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	40	40	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul	Operacional	Rio Grande do Sul	18	18	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE MG	Operacional	Minas Gerais	19	19	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Evrecy	Operacional	Espírito Santo	10	10	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Bauru	Operacional	São Paulo	12	12	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Lorena	Em construção	São Paulo	11	11	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
<b>Total</b>			<b>4.127</b>	<b>3.587</b>			

<sup>1</sup> RAP ciclo 2019/2020 com PA, líquida de PIS e COFINS

<sup>2</sup> Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

## Crescimento

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando o retorno mínimo exigido.

Nos últimos três anos, a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam investimento estimado de R\$ 2,9 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2019/2020) de cerca de R\$ 491 milhões, após a entrada em operação dos ativos.

No 3T19, a Companhia energizou seu primeiro projeto desses lotes: IE Itapura (Bauru), com 18 meses de antecedência em relação ao prazo de implementação da ANEEL.

A evolução dos projetos está em linha com o orçamento e cronograma desafiador estimados, que considera redução de CapEx e antecipação da entrada em operação vs. premissa ANEEL. Até 30 de setembro de 2019, foram investidos cerca de R\$ 687 milhões nos 10 projetos.

Outra importante avenida de crescimento é o investimento em projetos de reforços e melhorias. Nos últimos 5 anos, a Companhia investiu uma média de R\$ 180 milhões/ano com RAP média associada de R\$ 50 milhões/ano. É importante ressaltar que estes valores representam uma média, e os investimentos não são lineares, pois dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL. Nos 9M19, a Companhia realizou R\$ 78 milhões de investimento nesses projetos.



Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP Ciclo 2019/2020 (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade <sup>1</sup>	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção	Entrada em Operação Comercial
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	59	fev/17	fev/22	jan/19 <sup>2</sup>	✓	2T19	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	40	fev/17	fev/22	jan/19 <sup>2</sup>	✓	2T19	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	52	fev/17	fev/22	jul/18	✓	3T18	-
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	147	ago/17	ago/22	fev/21 <sup>3</sup>	✓ <sup>4</sup>	4T19	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	20	ago/17	ago/21	jan/17	✓	3T18	-
	IE Itaquere (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	51	ago/17	ago/21	jun/18	✓	3T18	-
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	59	ago/17	ago/21	dez/18	✓	3T19	-
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	12	ago/17	fev/21	ago/19 <sup>5</sup>	✓	2T18	ago/19
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	11	set/18	set/22	jan/20	✓	3T19	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	40	set/18	set/23	set/21	1T20	-	-
<b>Total</b>				<b>3.831</b>		<b>491</b>						

<sup>1</sup> Conforme contrato de concessão

<sup>2</sup> Condicionado ao Lote 02 (Alupar)

<sup>3</sup> Para recebimento da totalidade da RAP

<sup>4</sup> Pendente apenas LIS de 2 linhas de transmissão 525kV que liqam Sarandi – Guaíra – Foz do Iguacu

<sup>5</sup> ANEEL antecipou a data de necessidade de janeiro de 2020 para agosto de 2019

## IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (338 km), que interligará a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação ("LI") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA"), e as obras iniciaram no 2T19.

## IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (208 km), que interligará a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em abril de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pelo IBAMA e as obras iniciaram no 2T19.

## IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação da linha de transmissão de 345 kV (79 km), que interligará a subestação 345 kV Viana 2 à subestação João Neiva 2, a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2 e a ampliação da subestação de 345 kV Viana 2. A subsidiária iniciou as obras de construção da subestação Viana 2 no 3T18. As licenças de instalação para a linha de transmissão e a subestação João Neiva 2 foram expedidas em agosto de 2019, liberando o início das obras da subestação João Neiva 2 e da linha de transmissão, no 3T19.

## IE Ivaí

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é constituído pela implantação de cerca de 599 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo, sendo 515 km das linhas de transmissão ("LTs") 525 kV Foz do Iguacu – Guaíra, Guaíra – Sarandi, Londrina – Sarandi e Sarandi - Londrina, e 85 km da LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte; assim como 3 subestações (Guaíra 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada, Sarandi 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada e Paranavaí Norte 230/138 kV – 300 MVA de potência instalada).





A subsidiária obteve todas as Licenças de Instalação (“LIs”) referentes às suas subestações, além da linha de transmissão de 525 kV Sarandi-Londrina. Estão pendentes as LIs das linhas de transmissão 525 kV Foz do Iguaçu – Guaíra e Guaíra – Sarandi.

Em outubro de 2019, as obras da subestação Paranavaí Norte foram iniciadas e o restante das subestações obtiveram autorização para iniciarem as suas obras. O início das obras da LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte e LT 525 kV Sarandi-Londrina foram autorizadas e devem ser iniciadas no 1T20.

### IE Tibagi

O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação da linha de transmissão (18 km de circuito duplo) de 230 kV Nova Porto Primavera (SP) – Rosana (PR) e a subestação 230/138 kV Rosana, que interligará à subestação Nova Porto Primavera. Em julho de 2018, a subsidiária obteve LI do IBAMA e iniciou suas obras no 3T18.

### IE Itaquaré

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVar na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18.

### IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação das subestações Baguaçu e Alta Paulista de 1.400 MVA de potência, 111 km de linhas de transmissão, 440 kV da subestação Alta Paulista ao seccionamento da linha de transmissão Marechal Rondon – Taquaruçu e trecho de linha de transmissão 440 kV da subestação Baguaçu ao seccionamento da linha de transmissão Ilha Solteira – Bauru. Em junho de 2019, a subsidiária obteve todas as LI’s expedidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) e iniciou suas obras no 3T19.

### IE Itapura

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18 e concluídas no 3T19, quando o empreendimento obteve o Termo de Liberação Definitiva (“TLD”) do ONS referente ao início da sua operação comercial plena em 27 de agosto de 2019.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de transmissão 02/2018, formado pela implantação de uma subestação 500-230 kV com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo, e linha de transmissão de 6 km em circuito duplo. Em agosto de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pela CETESB referente à subestação do empreendimento, dando início imediato às obras.

### IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação da subestação Ratonas 230/138kV com 300 MVA de potência, ampliação da subestação Biguaçu (existente), além da construção da linha de transmissão de 57 km entre a subestação Biguaçu (existente, operada pela Eletrosul) e a subestação 230 kV Ratonas, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos.





## DESEMPENHO OPERACIONAL

Somos uma das principais referências no setor em termos de desempenho. Realizamos uma gestão constante e minuciosa de nossos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No acumulado do ano (9M19) o IENS da ISA CTEEP totalizou 0,0010% vs. 0,0025% do SIN.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). No 3T19, a PV aplicada foi de 2,24% da RAP consolidada. Nos primeiros nove meses do ano (9M19), o indicador foi de 1,83%.

## DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

### Reajuste Anual da RAP

Em 25 de junho de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.565 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (ciclo 2019/2020).

De acordo com a REH nº 2.565, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da controladora, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 2.579 milhões no ciclo 2019/2020, aumento de 7% em relação ao ciclo anterior (ciclo 2018/2019). A composição da RAP para esse ciclo pode ser explicada pela:

- i. correção monetária<sup>1</sup> do ciclo 2019/2020 (IPCA), no total de R\$ 114 milhões, que inclui a correção de R\$ 68 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- ii. entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias durante o Ciclo 2018/2019, que adicionou R\$ 63 milhões à RAP;
- iii. ajuste de R\$ 3 milhões na RBSE decorrente da correção no cálculo da linearização do componente econômico;
- iv. parcela de ajuste negativa de R\$ 55 milhões (vs. R\$ 31 milhões no ciclo 2018/2019) explicada, principalmente: pela devolução de antecipação da RAP de (-) R\$ 73 milhões, compensada parcialmente, pelo recebimento de melhorias de pequeno porte no montante de (+) R\$ 21 milhões.

A RAP e os valores correspondentes às subsidiárias 100% em operação, líquida de PIS e COFINS, totalizou R\$ 221 milhões no ciclo 2019/2020. A variação apresentada é explicada pela:

- i. correção monetária<sup>1</sup> do ciclo 2019/2020 (+R\$ 11 milhões);
- ii. entrada em operação de IE Itapura (Bauru) no 3T19, compensadas parcialmente
- iii. pela revisão tarifária das subsidiárias IE Pinheiros e IESUL (-5%); e
- iv. pela redução pró-rata de 50% da RAP para o contrato 143/2001 da Serra do Japi, a partir de novembro de 2019, conforme contrato de concessão.

A RAP e os valores correspondentes à PA das coligadas IE Madeira e IE Garanhuns, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 584 milhões no ciclo 2018/2019 passou para R\$ 601 milhões no ciclo 2019/2020. Esse aumento de R\$ 17 milhões é explicado pela menor PA negativa no ciclo 2019/2020 (-R\$ 23 milhões vs. -R\$ 66 milhões no ciclo 2018/2019), correção monetária<sup>1</sup> do período, compensado parcialmente, pela revisão tarifária na subsidiária IE Madeira que reduziu as RAP's de seus dois contratos em -5%.

A Companhia apresentou recurso administrativo para que sejam mantidos os parâmetros praticados desde o momento da contratação, utilizando o WACC pós tributos como taxa para cálculo do custo de capital e que o WACC seja aplicado em

<sup>1</sup> O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2018 a maio de 2019 foram de 4,65% e 7,64%, respectivamente.



um fluxo de caixa aderente ao percentual fixo de endividamento durante o período da concessão, conforme previsão contratual.

A ANEEL publicou despacho que declara sem efeito os valores da RAP homologada para a IE Madeira (REH 2556/19) para o ciclo 2019/2020, enquanto perdurar a decisão liminar e até a conclusão do processo administrativo. Desde agosto/19, está sendo aplicada a RAP definida para a IE Madeira para o ciclo 2018/2019 (R\$ 497 milhões, com PA), ou seja, sem correção monetária pelo IPCA.

Abaixo demonstramos um quadro resumo com as novas RAP's para o ciclo 2019/2020 com os encargos regulatórios, líquidas de PIS e COFINS.

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RBSE	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565			
<b>Controladora</b>			<b>2.453</b>	<b>114</b>	<b>63</b>	<b>3</b>	<b>2.634</b>	<b>(55)</b>	<b>2.579</b>	<b>2.421</b>
ISA CTEEP	059/2001	IPCA	991	46	63	0	1.101	(55)	1.046	960
ISA CTEEP - RBSE			1.461	68	0	3	1.533		1.533	1.461

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Outros <sup>1</sup>	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565			
<b>Controladas (100% ISA CTEEP)</b>			<b>231</b>	<b>12</b>	<b>(8)</b>	<b>(5)</b>	<b>230</b>	<b>(9)</b>	<b>221</b>	<b>212</b>
IEMG	004/2007	IPCA	19	1	0	0	20	(1)	19	18
EVRECY	020/2008	IGP-M	12	1	0	0	13	(2)	10	7
IE PINHEIROS	012/2008	IPCA	12	1	0	(1)	11	(0)	11	11
	015/2008		37	2	0	(2)	37	(1)	35	35
	018/2008		6	0	0	(0)	6	(0)	6	6
	021/2011		6	0	0	0	6	(1)	5	2
IE JAPI	026/2009	IPCA	41	2	0	0	43	(1)	42	37
	143/2001	IGP-M	23	2	(8)	0	17	(1)	16	22
IENNE	001/2008	IPCA	46	2	0	0	48	(2)	46	44
IE SUL	013/2008	IPCA	6	0	0	(1)	6	(0)	6	6
IE ITAPURA	016/2008	IPCA	13	1	0	(1)	13	(1)	12	12
	042/2017		11	1	0	0	12	0	12	11
<b>Total Consolidado ISA CTEEP em Operação</b>			<b>2.684</b>	<b>126</b>	<b>56</b>	<b>(1)</b>	<b>2.864</b>	<b>(64)</b>	<b>2.800</b>	<b>2.633</b>

<sup>1</sup>Redução pró-rata de 50% da RAP para o contrato 143/2001 (a partir de nov/19), como previsto contratualmente

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565			
<b>Coligadas em Operação</b>			<b>650</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>(56)</b>	<b>624</b>	<b>(23)</b>	<b>601</b>	<b>584</b>
IE MADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009	IPCA	300	14	0	(30)	285	(12)	273	304
	015/2009		260	12	0	(26)	245	(8)	238	193
IE GARANHUNS (51% ISA CTEEP)	022/2011	IPCA	90	4	0	0	94	(3)	91	87

**SUBSIDIÁRIAS EM CONSTRUÇÃO**

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565			
<b>Controladas</b>			<b>222</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>233</b>	<b>0</b>	<b>233</b>	<b>222</b>
IE ITAÚNAS	018/2017	IPCA	50	2	0	0	52	0	52	50
IE TIBAGI	026/2017	IPCA	19	1	0	0	20	0	20	19
IE ITAQUERÊ	027/2017	IPCA	49	2	0	0	51	0	51	49
IE AGUAPEÍ	046/2017	IPCA	56	3	0	0	59	0	59	56
IE ITAPURA	021/2018	IPCA	10	0	0	0	11	0	11	10
IE BIGUAÇU	012/2018	IPCA	38	2	0	0	40	0	40	38
<b>Coligadas</b>			<b>468</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>491</b>	<b>0</b>	<b>491</b>	<b>468</b>
IE PARAGUAÇU (50% ISA CTEEP)	003/2017	IPCA	113	5	0	0	118	0	118	113
IE AIMORÉS (50% ISA CTEEP)	004/2017	IPCA	76	4	0	0	79	0	79	76
IE IVAÍ (50% ISA CTEEP)	022/2017	IPCA	279	13	0	0	294	0	294	279

<sup>1</sup> RAP ciclo 2018/2019 com PA

Os impactos contábeis e de caixa do reajuste anual da RAP foram percebidos no 3T19 com o início do faturamento com as novas receitas a partir de julho e a contabilização integral da parcela de ajuste no 3T19.



## Receita Operacional

No 3T19, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 782,5 milhões, aumento de 9,2% em relação ao 3T18, justificado principalmente pela contabilização do ajuste de ciclo da RAP 2019/2020, que considera a variação positiva do IPCA na receita de O&M e da RBSE, pela entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias, e pela energização de IE Itapura em agosto.

Importante ressaltar que a PA consolidada da ISA CTEEP no ciclo 2019/2020 teve registro contábil integral no 3T19, no entanto, o impacto caixa desses eventos acontece no ciclo (de julho de 2019 a junho de 2020).

Nos 9M19, a receita ficou estável na comparação com os 9M18.

Receita Operacional (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
<b>Receita de Uso da Rede Elétrica</b>	<b>772,6</b>	<b>710,0</b>	<b>8,8%</b>	<b>2.372,9</b>	<b>2.375,3</b>	<b>(0,1%)</b>
Controladora	723,3	675,4	7,1%	2.211,9	2.226,0	(0,6%)
Receita de O&M	225,9	215,8	4,7%	660,7	632,1	4,5%
Receita de Novos Investimentos	81,7	63,9	27,7%	234,5	174,2	34,6%
PA, PV e Antecipação	(38,5)	(41,8)	(7,7%)	(13,5)	(51,7)	(74,0%)
RBSE	415,5	397,0	4,7%	1.209,4	1.388,4	(12,9%)
Encargos Regulatórios	38,9	40,5	(4,0%)	120,7	83,1	45,3%
Controladas	49,3	34,6	42,6%	161,0	149,3	7,9%
<b>Outras</b>	<b>9,9</b>	<b>6,5</b>	<b>50,9%</b>	<b>24,1</b>	<b>20,1</b>	<b>19,8%</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>782,5</b>	<b>716,5</b>	<b>9,2%</b>	<b>2.396,9</b>	<b>2.395,3</b>	<b>0,1%</b>
<b>Deduções</b>	<b>(123,9)</b>	<b>(110,6)</b>	<b>12,0%</b>	<b>(351,8)</b>	<b>(317,8)</b>	<b>10,7%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>658,5</b>	<b>605,9</b>	<b>8,7%</b>	<b>2.045,1</b>	<b>2.077,6</b>	<b>(1,6%)</b>

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização) e atingiram R\$ 123,9 milhões no 3T19 e R\$ 351,8 milhões nos 9M19. O aumento em relação a períodos anteriores é em função do aumento da receita com encargos, explicado pelo maior número de consumidores livres no portfólio da Companhia na comparação dos períodos. Vale ressaltar que este efeito é neutralizado quando este montante é repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") via deduções.

Com isso, a receita líquida totalizou R\$ 658,5 milhões no 3T19 e R\$ 2,0 bilhões nos 9M19.



## Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
Pessoal	(87,5)	(79,7)	9,8%	(256,7)	(236,9)	8,4%
Materiais	(3,9)	(3,5)	13,3%	(10,7)	(9,9)	9,1%
Serviços	(38,6)	(30,4)	27,0%	(125,8)	(86,3)	45,8%
Contingências	1,6	8,0	(79,9%)	(4,5)	13,6	(132,8%)
Outros	(21,0)	(16,2)	29,3%	(52,6)	(38,2)	37,7%
<b>Sub -Total</b>	<b>(149,5)</b>	<b>(121,8)</b>	<b>22,7%</b>	<b>(450,3)</b>	<b>(357,6)</b>	<b>25,9%</b>
Depreciação	(143,9)	(143,5)	0,3%	(433,4)	(434,0)	(0,1%)
<b>Total</b>	<b>(293,4)</b>	<b>(265,3)</b>	<b>10,6%</b>	<b>(883,8)</b>	<b>(791,6)</b>	<b>11,6%</b>

Os custos e despesas, ex-depreciação, registraram aumento de 22,7% no 3T19 vs. 3T18 e 25,9% nos 9M19 vs. 9M18. As variações podem ser explicadas:

- (i) pelo aumento dos gastos com pessoal decorrente do acordo coletivo que incidiu a partir de junho/19 e de indenizações trabalhistas;
- (ii) pelas maiores despesas com serviços de manutenção da rede;
- (iii) pela variação na linha de contingências devido à reversão ocorrida em 2018 como resultado de mudanças de prognósticos e revisão de valores envolvidos.

As despesas administrativas e os custos de O&M totais do 3T19 atingiram R\$ 293,4 milhões (+10,6% vs. 3T18). Nos 9M19, o montante atingiu R\$ 883,8 milhões (+11,6% vs. 9M18). A depreciação manteve-se em linha em ambos os períodos.

## Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 3T19 registrou receita de R\$ 17 milhões, aumento de R\$ 19,9 milhões vs. 3T18. Nos primeiros nove meses do ano, o resultado da equivalência patrimonial foi de R\$ 43,4 milhões, aumento de 11% em relação ao mesmo período de 2018.

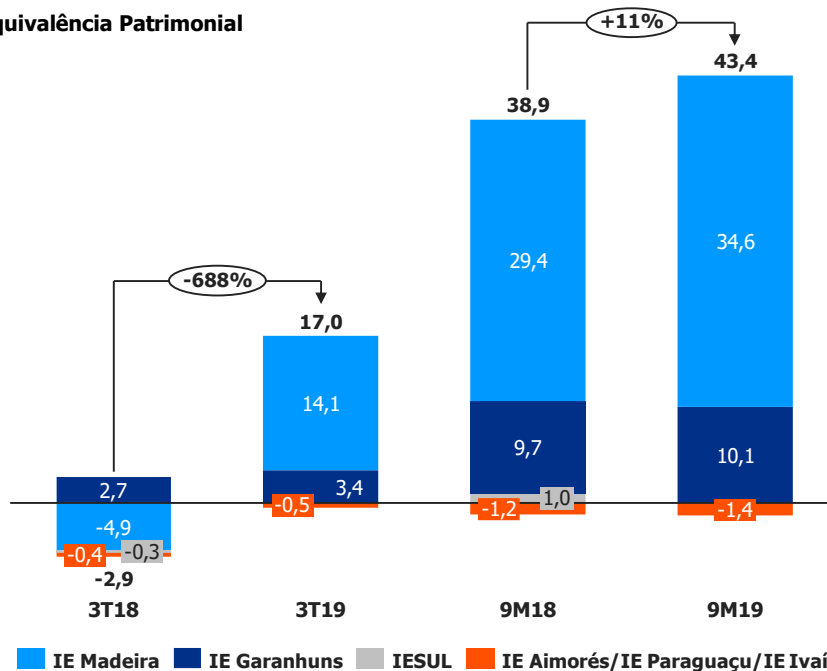
Ambas as variações são explicadas, principalmente, pelo maior resultado da IE Madeira decorrente do impacto negativo da Parcela de Ajuste no reajuste da RAP do ciclo 2018/2019 (-R\$ 66 milhões), em função da devolução da RAP recebida em períodos anteriores. A menor despesa financeira em 2019 também contribuiu para o melhor resultado, explicado pelo menor IPCA no período na comparação com 2018 (indexador das debêntures).

A IE Sul passou a ter seus resultados consolidados integralmente nos da Companhia a partir de setembro de 2018. Nas subsidiárias pré-operacionais (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí), o resultado é explicado pelas despesas administrativas na fase atual de construção dos projetos.





**Resultado de Equivalência Patrimonial**  
(R\$ milhões)



**EBITDA e Margem**

Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 566,2 milhões no 3T19, aumento de R\$ 48,6 milhões na comparação com o 3T18, em função da variação positiva do IPCA na receita e pela entrada em operação dos projetos (reforços, melhorias e *greenfield*).

Nos 9M19, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 1,8 bilhão, queda de 5,6% comparado ao 9M18, devido, principalmente, à menor receita auferida de RBSE com a linearização do componente econômico no ciclo 2018/2019.

O EBITDA Ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes, e inclui o EBITDA proporcional à participação nas coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
Lucro (prejuízo) líquido	414,6	191,5	116,5%	889,0	839,2	5,9%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	(67,3)	93,6	(171,9%)	168,0	376,4	(55,4%)
Resultado financeiro líquido	35,4	49,3	(28,3%)	139,1	110,3	26,0%
Depreciações e amortizações	144,5	144,1	0,3%	435,3	435,8	(0,1%)
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>527,2</b>	<b>478,6</b>	<b>10,2%</b>	<b>1.631,3</b>	<b>1.761,7</b>	<b>(7,4%)</b>
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	59,6	39,0	52,6%	167,9	179,5	(6,5%)
Equivalência Patrimonial	(17,0)	2,9	(687,9%)	(43,4)	(38,9)	11,5%
Custos e despesas não recorrentes <sup>1</sup>	(3,6)	(2,8)	28,6%	24,2	(17,7)	(236,5%)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>566,2</b>	<b>517,7</b>	<b>9,4%</b>	<b>1.780,0</b>	<b>1.884,6</b>	<b>(5,6%)</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>78,0%</b>	<b>79,7%</b>	<b>(1,7) p.p.</b>	<b>79,0%</b>	<b>82,7%</b>	<b>(3,7) p.p.</b>
RBSE	(372,0)	(344,5)	8,0%	(1.061,0)	(1.244,3)	(14,7%)
<b>EBITDA Ajustado ex-RBSE</b>	<b>194,3</b>	<b>173,1</b>	<b>12,2%</b>	<b>718,9</b>	<b>640,3</b>	<b>12,3%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE</b>	<b>54,9%</b>	<b>56,8%</b>	<b>(1,9) p.p.</b>	<b>49,1%</b>	<b>49,9%</b>	<b>(0,8) p.p.</b>

<sup>1</sup> Ressarcimento de IPTU, despesas com leilão, provisões, aquisições e honorários advocatícios



## Resultado Financeiro

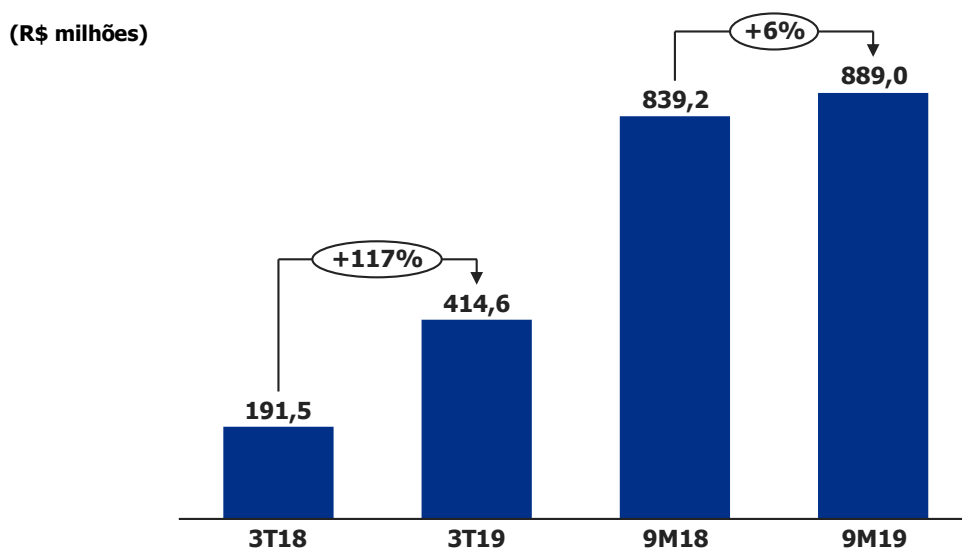
O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 35,4 milhões no 3T19, redução de 28,3% comparado à despesa no 3T18. Esta variação é explicada, principalmente, pela redução de despesas com variações monetárias em função da redução do IPCA e TJLP e dos menores juros e encargos sobre empréstimos, em decorrência da queda do CDI na comparação dos períodos.

No acumulado do ano (9M19), o resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 139,1 milhões (+26% vs. 9M18). Esta variação é explicada pelo aumento na linha de operação *swap*, em função das novas captações nos termos da Lei 4.131.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
Rendimento de aplicação financeira	19,9	19,3	3,0%	52,7	48,6	8,5%
Variações monetárias líquidas	(6,2)	(17,4)	-64,2%	(39,0)	(36,4)	7,1%
Juros Ativos e Passivos	(0,6)	(0,6)	4,5%	(1,5)	(1,8)	-17,4%
Juros e encargos sobre empréstimos	(36,6)	(40,2)	-8,8%	(109,5)	(106,9)	2,4%
Operação Swap	(12,9)	(8,8)	47,4%	(37,5)	(12,4)	203,0%
Outras	1,1	(1,7)	-165,9%	(4,3)	(1,4)	211,3%
<b>Total</b>	<b>(35,4)</b>	<b>(49,3)</b>	<b>-28,3%</b>	<b>(139,1)</b>	<b>(110,3)</b>	<b>26,0%</b>

## Lucro Líquido

Pelos fatores apresentados acima, o lucro líquido atingiu R\$ 414,6 milhões no 3T19 e R\$ 889,0 milhões nos 9M19.





## Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

A Companhia e suas controladas adotaram os novos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC nº 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A receita dos serviços que a Companhia presta passou a ser registrada e mensurada de acordo com os referidos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018, não reproduzindo os efeitos para o exercício comparativo de 2017.

Como consequência da aplicação do CPC nº 47, todas as concessões da Companhia e suas controladas foram classificadas como ativo contratual, em que o fluxo de recebimentos (RAP) é remunerado por uma taxa de desconto que contempla os riscos e prêmios do setor e que passa a ser estabelecido no início de cada projeto e atualizado pelo IPCA/IGPM. Para os ativos em fase de obras, a receita de infraestrutura estabelecida é suficiente para cobrir gastos incorridos e encargos para a implementação do projeto. Eventuais variações em relação à rentabilidade do projeto passam a ser reconhecidas no resultado no início de operação.

O ativo financeiro da RBSE, até então classificado como ativo financeiro ao custo amortizado, passou a ser mensurado a valor justo com a aplicação do CPC nº 48.

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões)	Regulatório	IFRS	Variação	Regulatório	IFRS	Variação
IFRS vs. Regulatório	3T19	3T19		9M19	9M19	
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>782</b>	<b>856</b>	<b>-73</b>	<b>2.397</b>	<b>2.797</b>	<b>-400</b>
Receita de O&M	251	251	0	811	811	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	106	0	106	353	0	353
Receita de Infraestrutura	0	179	-179	0	397	-397
Ganho na eficiência na implementação de infraestrutura	0	77	-77	0	362	-362
Receita ativo da concessão	0	115	-115	0	410	-410
Receita RBSE	415	224	191	1.209	792	417
Outras receitas	10	10	0	24	24	0
<b>Deduções</b>	<b>-124</b>	<b>-119</b>	<b>-5</b>	<b>-352</b>	<b>-368</b>	<b>16</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>659</b>	<b>737</b>	<b>-78</b>	<b>2.045</b>	<b>2.429</b>	<b>-384</b>
Custos de Infraestrutura	0	-170	170	0	-378	378
Custos de O&M e Despesas Gerais	-149	-150	1	-450	-444	-6
Depreciação	-144	-5	-139	-433	-15	-418
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>365</b>	<b>411</b>	<b>-46</b>	<b>1.161</b>	<b>1.592</b>	<b>-430</b>
Equivalência Patrimonial	17	48	-31	43	130	-86
Outras receitas (despesas) operacionais	1	1	0	-9	4	-12
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos</b>	<b>383</b>	<b>460</b>	<b>-77</b>	<b>1.196</b>	<b>1.725</b>	<b>-529</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-35</b>	<b>-35</b>	<b>-1</b>	<b>-139</b>	<b>-139</b>	<b>0</b>
IR & CSLL	67	14	53	-168	-326	159
<b>Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador</b>	<b>415</b>	<b>439</b>	<b>-56</b>	<b>889</b>	<b>1.259</b>	<b>-370</b>
Participação do acionista não controlador	-4	-4	0	-13	-13	0
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>410</b>	<b>435</b>	<b>-25</b>	<b>876</b>	<b>1.247</b>	<b>-370</b>

**Receita:** No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas como ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

**Custos:** No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.



**Depreciação:** No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

**Equivalência Patrimonial:** Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

**IR/CSLL:** No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada no acumulado do ano (9M19) totalizou 19% no IFRS e 14% no Regulatório, explicada, principalmente, pelo JCP contabilizado no 3T19.

## ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2019, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 3.148,3 milhões, aumento de R\$ 133,4 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em função do desembolso de R\$ 100 milhões do BNDES para a aquisição de máquinas e equipamentos para investimentos de reforços e melhorias.

Em função do CPC 06 (R2), que estabelece que a partir de janeiro de 2019, a Companhia reconheça para todos os contratos de arrendamento os passivos para pagamentos futuros com exceção a contratos de curto prazo e/ou baixo valor, foram adicionados R\$ 52,2 milhões à dívida bruta do IFRS referente aos arrendamentos que a Companhia possui. Desta forma, a dívida bruta do IFRS totalizou R\$ 3.200,5 milhões. A contabilidade regulatória não foi alterada.

O aumento nas disponibilidades da Companhia pode ser justificado, principalmente, pela geração de caixa operacional durante o período. Desta forma, a dívida líquida atingiu R\$ 1.943,8 milhões ao final de setembro de 2019 vs. R\$ 2.317,3 milhões em dezembro de 2018. A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 0,8x em setembro de 2019.

Empréstimos e Financiamentos R\$ (milhões)	30/09/2019	31/12/2018	Var (%)
Dívida Bruta	3.148,3	3.015,0	4,4%
Curto Prazo	1.007,7	357,8	181,7%
Longo Prazo	2.140,6	2.657,2	-19,4%
Disponibilidades Consolidadas	1.204,5	697,6	72,7%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	931,1	466,8	99,5%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	273,5	230,9	18,4%
<b>Dívida Líquida Consolidada</b>	<b>1.943,8</b>	<b>2.317,3</b>	<b>-16,1%</b>

\*Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

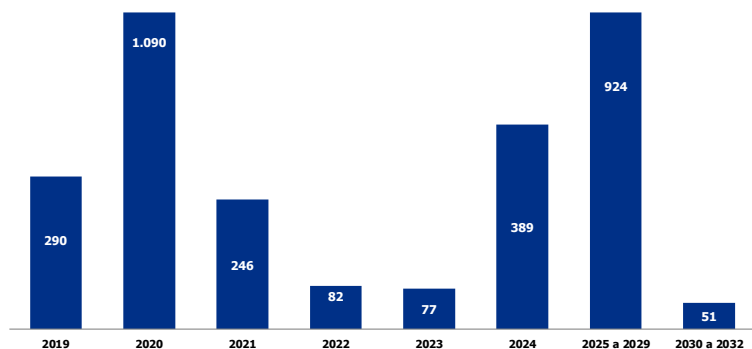
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para os anos de 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 7,1% a.a. em 30 de setembro de 2019 vs. 7,9% a.a. em 31 de dezembro de 2018, em função da queda do IPCA entre os períodos. O IPCA é o principal indexador de endividamento da Companhia e também o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de setembro de 2019 era de 3,3 anos.

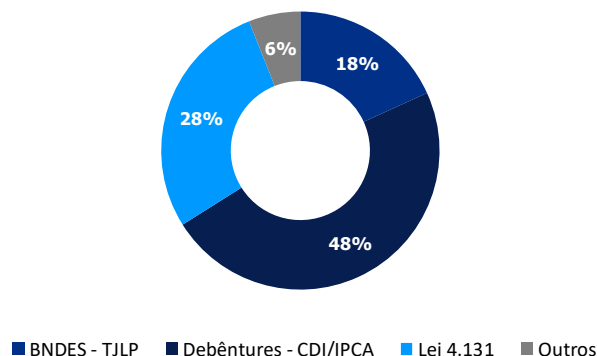




### Cronograma de Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



### Contratação da Dívida e Indexação 30/09/2019



## INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 233,9 milhões no 3T19, aumento de R\$ 140,2 milhões em relação ao mesmo período de 2018. Essa variação é explicada, principalmente:

- (i) pelo aumento nos investimentos das subsidiárias pré-operacionais com o avanço das obras, em linha com o orçamento e cronograma desafiador previstos; parcialmente compensado pelo;
- (ii) pelo menor nível de investimentos das subsidiárias operacionais justificado pela maturidade dos ativos;
- (iii) pelo menor investimento em reforços e melhorias. Os investimentos não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

No acumulado do ano (9M19), os investimentos totalizaram R\$ 506,8 milhões.

No 3T19, a Companhia energizou o projeto *greenfield* IE Itapura (Bauru), com 18 meses de antecedência em relação ao prazo de implementação da ANEEL.

Investimentos (R\$ milhões)	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
<b>ISA CTEEP (Reforços/Melhorias)</b>	<b>37,8</b>	<b>47,8</b>	<b>(21,0%)</b>	<b>78,3</b>	<b>112,3</b>	<b>(30,2%)</b>
<b>Total Subsidiárias</b>	<b>196,2</b>	<b>45,9</b>	<b>327,7%</b>	<b>428,4</b>	<b>215,3</b>	<b>99,0%</b>
Operacionais	2,9	16,8	(82,5%)	15,9	44,4	(64,1%)
Pré-operacionais	193,2	29,1	564,5%	412,5	171,0	141,3%
<b>Total</b>	<b>233,9</b>	<b>93,7</b>	<b>149,7%</b>	<b>506,8</b>	<b>327,6</b>	<b>54,7%</b>

Nota: Os investimentos realizados são demonstrados na visão competência

## PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício (IFRS). Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em junho de 2018, a administração informou a prática de proventos com proposta de distribuição de no mínimo 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita à aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.



Em 05 de novembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de proventos no montante de R\$ 517 milhões, equivalente a R\$ 0,784661 por ação de ambas as espécies, sendo: (i) a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$ 293,6 milhões, correspondentes a R\$ 0,445535 por ação de ambas as espécies; e (ii) a distribuição de juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$ 223,4 milhões, correspondentes a R\$ 0,339126 por ação de ambas as espécies, sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas. Os dividendos e os juros sobre capital próprio serão distribuídos com base nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2019, na realização da reserva especial de lucros a realizar e na conta de lucros acumulados, e serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2019, conforme artigo 202 da Lei das S.A., artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95, e item V da Deliberação CVM 207/96. A data de pagamento será 03 de dezembro de 2019 e será realizado "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária a se realizar nos quatro primeiros meses de 2020. As ações da Companhia serão negociadas "ex-direito" a partir de 11 de novembro de 2019, inclusive, com a data de corte de 08 de novembro de 2019.

Somados aos R\$ 370,4 milhões de juros sobre capital próprio distribuídos em agosto de 2019, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019, a Companhia já deliberou o montante de R\$ 887,4 milhões em proventos no ano de 2019, equivalentes a um *payout* de 100% no lucro líquido regulatório dos 9M19.

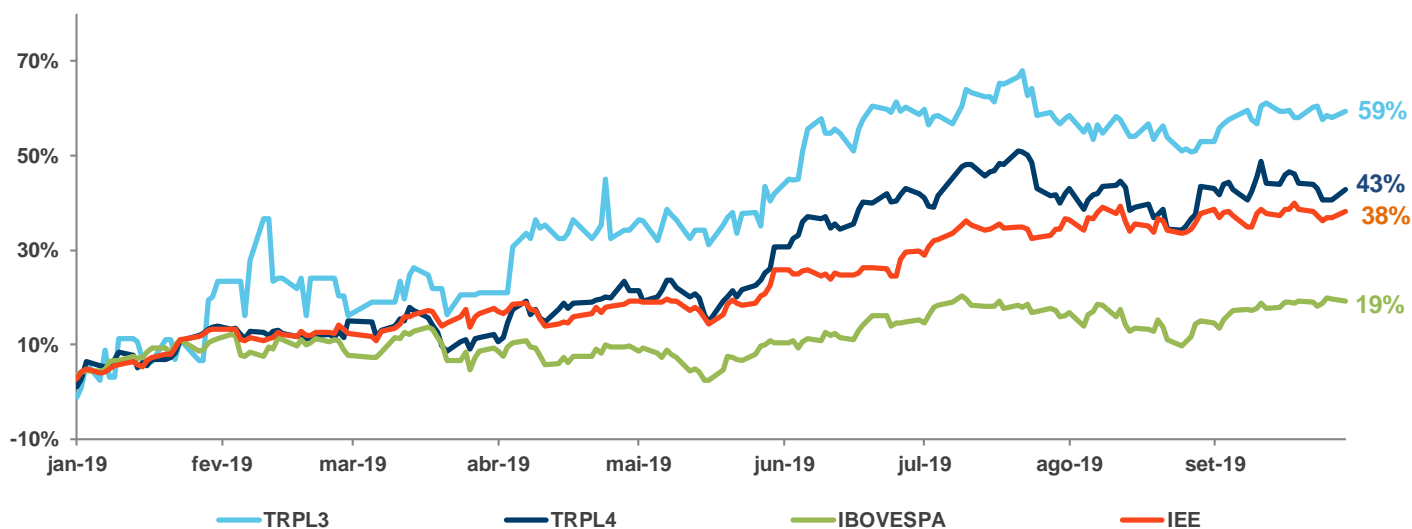
## MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o 3T19 cotadas a R\$ 27,46 e R\$ 24,70, respectivamente. Em 22 de julho a TRPL4 atingiu sua cotação histórica recorde de R\$ 26,11. O valor de mercado da Companhia, em 30 de setembro de 2019, era de R\$ 17 bilhões.

No ano de 2019, as ações preferenciais da ISA CTEEP tiveram valorização de 43%. O volume médio diário de negociação na B3 no período foi de R\$ 33,3 milhões, 66% acima daquele verificado no mesmo período de 2018 (R\$ 20,1 milhões). A média diária de negociações foi de 4,3 mil negócios por dia, 123% acima dos 1,9 mil registrados no ano anterior.

### Desempenho (base 100)





## EVENTOS DO PERÍODO

### Fitch afirma Rating da ISA CTEEP

Em agosto de 2019, a Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)' da ISA CTEEP e das suas emissões de debêntures da espécie quirografária (4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões), com perspectiva 'Estável'.

### Obtenção de Licença de Instalação (LI) da IE Itapura (Lorena), IE Ivaí e IE Itaúnas

No 3T19 foram emitidas as LI's das subsidiárias IE Itapura (Lorena) e IE Itaúnas (100% ISA CTEEP) e IE Ivaí, subsidiária 50% ISA CTEEP e 50% TAESA, conforme Comunicados ao Mercado publicados ao longo do trimestre.

### Entrada em Operação Comercial de IE Itapura (Bauru)

Em agosto de 2019, a IE Itapura (Bauru), subsidiária 100% da ISA CTEEP, iniciou sua operação comercial plena.

### IE Madeira recebe TLD para Contrato de Concessão ANEEL 015/2009

Em setembro de 2019, a IE Madeira, subsidiária na qual a ISA CTEEP detém 51% de participação em sociedade com Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%), obteve do ONS, o Termo de Liberação Definitivo (TLD) das instalações que compõem as estações conversoras do bipolo 2 do Complexo do Madeira (Contrato de Concessão ANEEL 015/2009), completando assim o projeto IE Madeira. Desta forma, a subsidiária passa a ter o direito de receber 100% da RAP do referido contrato.

## EVENTOS SUBSEQUENTES

### Consulta Pública referente à 2ª fase da Audiência Pública nº 09/2019

Em outubro de 2019, foi aprovada, em Reunião de Diretoria da ANEEL, a abertura de Consulta Pública referente à 2ª fase da Audiência Pública nº 09/2019, com novos parâmetros para cálculo do WACC, com prazo de contribuição até 02/12/2019. Na nova metodologia, o WACC indicado para os setores de transmissão e geração é de 7,32% para 2018 e de 6,81% em 2019, e para o setor de distribuição é de 7,79% para 2018 e 7,17% para 2019.

### Projeto de Lei 4.636/2019

Em outubro de 2019, foi aprovado, no âmbito da Comissão de Minas e Energia da Câmara, o Projeto de Lei (PL) 4.636/2019, que propõe a troca do custo de capital próprio ("Ke") pelo WACC para a atualização do componente financeiro da RBSE, entre a data de prorrogação das concessões e o efetivo reconhecimento desta atualização na tarifa. O PL segue para discussão na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) quanto à adequação orçamentária, e, posteriormente, seguirá para a CCJC para análise de constitucionalidade e mérito. Finalizada a tramitação na Câmara, o Projeto seguirá para o Senado.

### Aprovação da 8ª Emissão de Debêntures

Em 28 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 8ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 400 milhões, que pode ser aumentado em até 20%, em até quatro séries, com vencimento em 10 anos (1ª e 3ª séries) e em 15 anos (2ª e 4ª séries). Os recursos captados serão utilizados para investimento nos empreendimentos oriundos dos leilões de 2016, 2017 e 2018, por meio de aporte de capital.

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma



data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e da RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações da RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017.

O Despacho ANEEL nº 1.275/18 considera o acolhimento do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP em 2017, no qual foi solicitado ajuste da conta de ativos totalmente depreciados. Por esse motivo, os Componentes Econômico e Financeiro até o ciclo 2022/2023 sofrem um aumento.

A alteração citada foi contemplada no reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, no qual a RAP também foi atualizada pelo IPCA. Além disso, foi realizada linearização do Componente Econômico, conforme prevê o Submódulo 9.1 do Proret, de modo que tais pagamentos serão constantes até o ciclo 2022/2023. Para o período 2023/2024 restaria o recebimento de R\$ 347 milhões correspondentes ao Componente Econômico. Contudo, poderá ser aplicada a mesma linearização ora realizada.

Ademais, por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório que a ANEEL recalculasse a RAP excluindo o custo de capital (Ke) da parcela, a Companhia continua não recebendo a remuneração do componente financeiro.

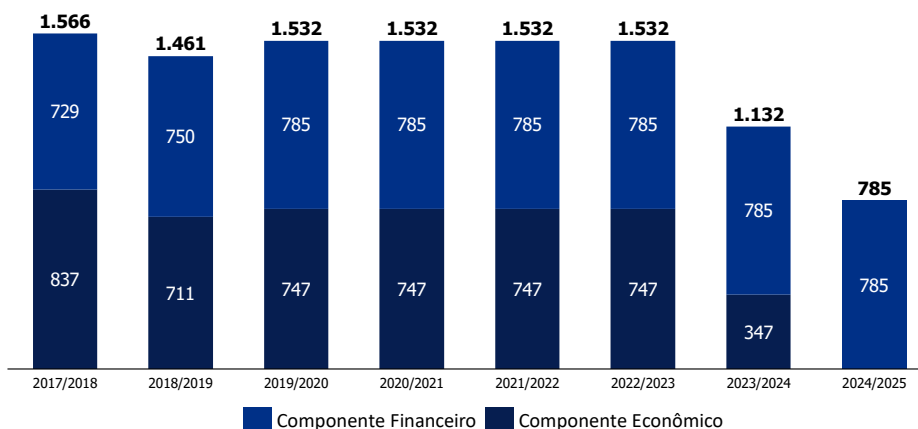
No legislativo, foi criado o Projeto de Lei 4.636/2019, com o objetivo de definir a correção monetária referente aos ativos da RBSE, propondo como taxa o custo médio ponderado de capital definido pela ANEEL ("WACC") no lugar do custo de capital próprio ("Ke"). Este projeto foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia em 2 de outubro de 2019. Para completa aprovação e início de vigência, este projeto ainda deve tramitar em outras comissões da Câmara e do Senado.

Atualmente, o fluxo de recebimento da RBSE da Companhia, conforme divulgado pela ANEEL, pode ser verificado em azul abaixo, em valores líquidos de PIS/COFINS. Em cinza, estão os potenciais fluxos de remuneração do componente financeiro: Ke (portaria 120) ou WACC (PL 4636).





### Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



WACC	151	156	163	163	163	163	163	163
Ke	246	253	264	264	264	264	264	264

Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408) e 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base na REH ANEEL nº 2.565. WACC regulatório de 6,64% que será atualizado na revisão tarifária. Base de ativos está sujeita à baixas no processo de revisão tarifária.

### Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

#### Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obtiveram liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Em 2017, a referida liminar foi cassada e então a ISA CTEEP deixou de fazer o pagamento da complementação entre os meses de agosto e dezembro, com impacto caixa equivalente a cerca de R\$ 50 milhões. Em dezembro de 2017, entretanto, o Ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal ("STF"), concedeu nova liminar, obrigando a Companhia a retomar o complemento para pagamento nos moldes anteriores. A Companhia recorreu da decisão, e aguarda julgamento do STF. A SEFAZ e FUNCESP também recorreram reforçando a necessidade de aplicação do teto e do desconto previdenciário sob pena de causar prejuízo ao erário Paulista.



### **Ação de Cobrança**

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.



## ANEXOS

### Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7.110	16.740
Aplicações financeiras	1.197.427	680.909
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	248.303	270.923
Estoques	15.742	20.365
Serviços em Curso	25.639	14.879
Tributos e contribuições a compensar	215.694	29.521
Instrumentos financeiros derivativos	67.372	0
Créditos com partes relacionadas	9.265	323
Despesas pagas antecipadamente	14.657	8.384
Caixa restrito	1.862	1.787
Outros	36.844	48.818
	<b>1.839.915</b>	<b>1.092.649</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Caixa restrito	47.245	42.268
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	10.663	10.575
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.518.151	1.426.083
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.226	0
Cauções e Depósitos Vinculados	58.867	66.987
Benefício à empregado - Superávit atuarial	105.444	105.444
Instrumentos financeiros derivativos	1.962	2.643
Outros	1.449	1.476
	<b>1.746.007</b>	<b>1.655.476</b>
Investimentos	1.253.850	1.150.275
Imobilizado	7.047.922	7.095.933
Intangível	302.226	295.698
	<b>8.603.998</b>	<b>8.541.906</b>
	<b>10.350.005</b>	<b>10.197.382</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>12.189.920</b>	<b>11.290.031</b>



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos	981.588	334.067
Debêntures	26.097	23.707
Arrendamento	293	0
Fornecedores	72.057	88.358
Tributos e Encargos sociais a recolher	287.359	54.382
Encargos Regulatórios a recolher	45.687	40.262
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	8.411	7.835
Provisões	41.182	37.047
Valores a Pagar - Funcesp	3.782	4.250
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	70.150	34.310
	<b>1.539.086</b>	<b>626.698</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Empréstimos e Financiamentos	660.197	1.215.689
Debêntures	1.480.445	1.441.504
Arrendamento	158	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	660.889	735.689
Encargos Regulatórios a recolher	41.836	35.925
Provisões	86.780	90.708
Reserva Global de Reversão - RGR	17.232	19.093
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	355.085	332.930
Outros	35.152	33.078
	<b>3.337.774</b>	<b>3.904.616</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	760.451	760.451
Reserva de Reavaliação	1.949.526	2.103.510
Outros Resultados Abrangentes	77.405	73.192
Lucros/Prejuízos Acumulados	661.539	0
	<b>7.039.607</b>	<b>6.527.839</b>
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	273.453	230.878
	<b>7.313.060</b>	<b>6.758.717</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>12.189.920</b>	<b>11.290.031</b>




**Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório**

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>782.483</b>	<b>716.485</b>	<b>9,2%</b>	<b>2.396.922</b>	<b>2.395.296</b>	<b>0,1%</b>
Receita de Uso da Rede Elétrica	772.603	709.948	8,8%	2.372.865	2.375.232	(0,1%)
Outras Receitas	9.880	6.537	51,1%	24.057	20.064	19,9%
<b>Deduções à Receita Operacional</b>	<b>(123.950)</b>	<b>(110.622)</b>	<b>12,0%</b>	<b>(351.819)</b>	<b>(317.701)</b>	<b>10,7%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>658.533</b>	<b>605.863</b>	<b>8,7%</b>	<b>2.045.103</b>	<b>2.077.595</b>	<b>(1,6%)</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(293.376)</b>	<b>(265.302)</b>	<b>10,6%</b>	<b>(883.786)</b>	<b>(791.572)</b>	<b>11,6%</b>
Pessoal	(87.512)	(79.696)	9,8%	(256.736)	(236.857)	8,4%
Material	(3.935)	(3.472)	13,3%	(10.747)	(9.850)	9,1%
Serviços	(38.649)	(30.425)	27,0%	(125.807)	(86.300)	45,8%
Depreciação	(143.908)	(143.519)	0,3%	(433.443)	(434.015)	(0,1%)
Outros	(19.372)	(8.190)	136,5%	(57.053)	(24.550)	132,4%
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>365.157</b>	<b>340.561</b>	<b>7,2%</b>	<b>1.161.317</b>	<b>1.286.023</b>	<b>(9,7%)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(35.369)</b>	<b>(49.331)</b>	<b>(28,3%)</b>	<b>(139.052)</b>	<b>(110.316)</b>	<b>26,0%</b>
Rendimento de Aplicações Financeiras	19.911	19.329	3,0%	52.695	48.562	8,5%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(6.225)	(17.390)	(64,2%)	(39.010)	(36.436)	7,1%
Juros Ativo/Passivos	(626)	(599)	4,5%	(1.453)	(1.759)	(17,4%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.635)	(40.182)	(8,8%)	(109.520)	(106.938)	2,4%
Outras	(11.794)	(10.489)	12,4%	(41.764)	(13.745)	203,8%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>329.788</b>	<b>291.230</b>	<b>13,2%</b>	<b>1.022.265</b>	<b>1.175.707</b>	<b>(13,1%)</b>
Equivalência Patrimonial	16.972	(2.887)	(687,9%)	43.357	38.891	11,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	589	(3.244)	(118,2%)	(8.648)	939	(1021,0%)
<b>Resultado Anterior aos Tributos</b>	<b>347.349</b>	<b>285.099</b>	<b>21,8%</b>	<b>1.056.974</b>	<b>1.215.537</b>	<b>(13,0%)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>67.263</b>	<b>(93.561)</b>	<b>(171,9%)</b>	<b>(167.955)</b>	<b>(376.386)</b>	<b>(55,4%)</b>
Corrente	4.830	(152.616)	(103,2%)	(242.287)	(497.120)	(51,3%)
Diferido	62.433	59.055	5,7%	74.332	120.734	(38,4%)
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador</b>	<b>414.612</b>	<b>191.538</b>	<b>116,5%</b>	<b>889.019</b>	<b>839.151</b>	<b>5,9%</b>
Participação do Acionista não Controlador	(4.342)	(3.419)	100,0%	(12.588)	(10.164)	100,0%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>410.270</b>	<b>188.119</b>	<b>118,1%</b>	<b>876.431</b>	<b>828.987</b>	<b>5,7%</b>



### Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>1.411.103</b>	<b>1.262.265</b>
Lucro Líquido do exercício	889.019	839.151
Depreciação e amortização	433.475	434.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(74.332)	(120.734)
Demandas judiciais	2.931	(15.943)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	21.766	23.475
Benefício fiscal – ágio incorporado	27	28
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.793	1.797
Realização da perda em controlada em conjunto	(1.488)	(1.581)
Resultado de aquisição de controle	0	2.785
Resultado de equivalência patrimonial	(43.357)	(38.891)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	181.269	138.150
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>	<b>(251.427)</b>	<b>(383.502)</b>
Caixa restrito	(5.052)	(7.609)
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	22.528	52.364
Estoques	4.623	2.732
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(92.068)	(112.683)
Tributos e contribuições a compensar	(186.173)	(299.117)
Despesas pagas antecipadamente	(6.273)	(8.527)
Cauções e depósitos vinculados	10.016	4.246
Serviços em curso	(10.760)	(5.205)
Crédito com controladas	(8.942)	480
Outros	20.674	(10.183)
<b>Aumento (diminuição) de passivos</b>	<b>284.843</b>	<b>362.676</b>
Fornecedores	(16.300)	(3.376)
Tributos e encargos sociais a recolher	233.009	449.198
Obrigações trabalhistas	4.135	6.171
Impostos parcelados	0	(58.146)
Encargos regulatórios a recolher	9.719	517
Provisões	(13.363)	(10.987)
Valores a pagar Funcesp	(468)	1.523
Reserva Global de Reversão	(1.861)	(1.860)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	31.982	0
Outros	37.990	(20.364)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.444.519</b>	<b>1.241.439</b>
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(968.045)</b>	<b>(1.268.908)</b>
Aplicações financeiras	(474.006)	(969.813)
Imobilizado	(425.083)	(260.982)
Investimentos	(73.750)	(46.880)
Caixa adquirido em combinação de negócios	0	3.667
Dividendos recebidos	4.794	5.100
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(486.104)</b>	<b>33.620</b>
Adições de empréstimos	100.000	1.208.196
Pagamentos de empréstimos (principal)	(68.080)	(259.586)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(120.016)	(88.105)
Transações com acionistas não controladores	(12.588)	(10.164)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.883)	25.841
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(369.537)	(842.562)
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.630)</b>	<b>6.151</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.740	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.110	12.736
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.630)</b>	<b>6.151</b>



## Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>132,5</b>	<b>79,5</b>	<b>66,6%</b>	<b>401,6</b>	<b>372,1</b>	<b>7,9%</b>
Deduções à receita operacional	(18,2)	(18,6)	(2,1%)	(53,9)	(56,3)	(4,2%)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>114,3</b>	<b>60,9</b>	<b>87,6%</b>	<b>347,7</b>	<b>315,8</b>	<b>10,1%</b>
Custos e Despesas	(10,2)	(1,6)	546,8%	(62,1)	(20,8)	198,2%
Depreciação	(33,9)	(34,1)	(0,6%)	(101,6)	(102,3)	(0,6%)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>70,2</b>	<b>25,3</b>	<b>178,0%</b>	<b>184,0</b>	<b>192,7</b>	<b>(4,5%)</b>
Resultado Financeiro	(34,5)	(43,7)	(21,0%)	(108,1)	(133,1)	(18,8%)
Outras Receitas e Despesas	(0,0)	0,0	-	(0,2)	0,0	0,0%
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>35,7</b>	<b>(18,4)</b>	<b>(293,5%)</b>	<b>75,8</b>	<b>59,6</b>	<b>27,1%</b>
IR & CSLL*	(8,1)	8,7	(192,8%)	(7,9)	(1,9)	309,3%
<b>Lucro líquido</b>	<b>27,6</b>	<b>(9,7)</b>	<b>(384,5%)</b>	<b>67,9</b>	<b>57,7</b>	<b>17,7%</b>
<b>Participação ISA CTEEP (51%)</b>	<b>14,1</b>	<b>(4,9)</b>	<b>(384,5%)</b>	<b>34,6</b>	<b>29,4</b>	<b>17,7%</b>

(\*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>21,7</b>	<b>23,0</b>	<b>(5,6%)</b>	<b>69,3</b>	<b>71,0</b>	<b>(2,4%)</b>
Deduções à receita operacional	(3,8)	(3,3)	14,2%	(10,0)	(9,5)	5,5%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18,0</b>	<b>19,7</b>	<b>(8,9%)</b>	<b>59,3</b>	<b>61,6</b>	<b>(3,7%)</b>
Custos e Despesas	(4,0)	(3,9)	2,0%	(11,6)	(11,0)	6,1%
Depreciação	(6,2)	(6,2)	0,4%	(18,7)	(18,6)	0,4%
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>7,8</b>	<b>9,6</b>	<b>(19,3%)</b>	<b>29,0</b>	<b>32,0</b>	<b>(9,4%)</b>
Resultado Financeiro	(3,3)	(3,7)	(11,4%)	(10,9)	(11,9)	(8,6%)
Outras Receitas e Despesas	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>4,4</b>	<b>5,9</b>	<b>(24,3%)</b>	<b>18,1</b>	<b>20,0</b>	<b>(9,8%)</b>
IR & CSLL*	2,2	(0,5)	(513,2%)	1,7	(1,0)	(261,8%)
<b>Lucro líquido</b>	<b>6,6</b>	<b>5,3</b>	<b>24,6%</b>	<b>19,8</b>	<b>19,0</b>	<b>4,0%</b>
<b>Participação ISA CTEEP (51%)</b>	<b>3,4</b>	<b>2,7</b>	<b>24,6%</b>	<b>10,1</b>	<b>9,7</b>	<b>4,0%</b>

(\*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.



## Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	30/09/2019	31/12/2018
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	183,0	196,7
	3,50% a.a.	15/01/24	44,2	51,8
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	238,9	151,0
<b>Debêntures - CTEEP</b>				
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%	15/07/21	164,9	162,3
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,04%	15/02/24	331,0	325,0
6ª Emissão - Série única	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	356,2	350,3
7ª Emissão - Série única	IPCA + 4,70%	15/04/25	654,4	627,5
<b>Outros - CTEEP</b>				
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	317,2	293,9
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a.a. + IR	24/08/20	312,7	292,0
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a.a. + IR	08/11/19	249,5	233,1
Finame PSI	6,0% a.a.	18/11/19	0,4	2,1
Eletrobras	8,0% a.a.	15/11/21	0,0	0,1
Arrendamento Mercantil	8,9% a.m.	31/12/20	0,0	0,5
<b>Total Dívida Bruta CTEEP</b>			<b>2.852,4</b>	<b>2.686,5</b>
Fontes	Encargos	Vencimentos	30/09/2019	31/12/2018
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	4,6	5,0
	3,5% a.a.	15/04/23	6,5	7,8
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	24,3	27,0
	5,5% a.a.	15/01/21	13,4	20,9
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	25,7	28,5
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	22,2	24,7
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	18,9	22,8
IE SUL	5,5% a.a.	15/01/21	1,5	2,3
	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	4,3	4,9
	3,0% a.a.	15/04/23	4,3	5,2
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	7,0	7,6
IENNE	10,0% a.a.	19/05/30	163,2	171,7
<b>Total Dívida Bruta Subsidiária</b>			<b>295,9</b>	<b>328,5</b>
<b>Total Dívida Bruta Consolidado</b>			<b>3.148,3</b>	<b>3.015,0</b>





BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissão) (apuração trimestral)		Debêntures Simples (apuração trimestral)		Crédito Internacional - Lei 4.131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 30/09/2019	3.066	Dívida Líquida 30/09/2019	1.996	Dívida Líquida 30/09/2019	1.996	Dívida Líquida 30/09/2019	1.996
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.336	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.113	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.306	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.113
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/09/2019	1,31	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/09/2019	0,94	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/09/2019	0,87	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/09/2019	0,94
Patrimônio Líquido 30/09/2019	12.084	Resultado Financeiro 30/09/2019	171	Resultado Financeiro 30/09/2019	170	Despesa com juros líquida 30/09/2019	171
Dívida Líquida/Divida Líquida + PL 30/09/2019	0,20	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 30/09/2019	12,38	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 30/09/2019	13,54	EBITDA Ajustado / Despesa com juros líquida 30/09/2019	12,38

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES  $\leq 3,0$  e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $\leq 0,6$ , apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado  $< 3,5$  e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro  $> 1,5$  até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador  $> 2,00$ .

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado  $< 3,5$  e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro  $> 1,5$  até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser  $> 2,00$ .

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado  $< 3,5$  e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro  $> 2,0$ .

Os contratos de **Credit Agreement (4131)** apresentam para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado  $< 3,5$  e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro  $> 2,0$ .



**Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ mil)**

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 30/09/2019
<b>IE MADEIRA 51% ISA CTEEP</b>	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	234,5	459,8
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	540,8	1.060,3
	BNDES	TJLP	15/02/2030	2,1	4,1
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	46,1	90,4
	BASA	8,5% a.a.	10/10/2032	142,9	280,1
Dívida Bruta				966,3	1.894,8
Disponibilidades				118,6	232,5
Dívida Líquida				847,8	1.662,3
<b>IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP</b>	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	83,5	163,8
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	32,0	62,8
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,6	1,2
Dívida Bruta				116,2	227,8
Disponibilidades				16,9	33,1
Dívida Líquida				99,3	194,8
<b>TOTAL Dívida Bruta</b>				<b>1.082,5</b>	<b>2.122,6</b>
<b>TOTAL Dívida Líquida</b>				<b>947,1</b>	<b>1.857,0</b>



**Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS**

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7.110	16.740
Aplicações Financeiras	1.197.427	680.909
Ativo de concessão	2.038.412	2.086.298
Estoques	34.550	39.173
Tributos e contribuições a compensar	215.694	29.521
Instrumentos financeiros derivativos	67.372	0
Créditos com partes relacionadas	9.265	323
Despesas pagas antecipadamente	14.657	8.384
Caixa restrito	1.862	1.787
Outros	28.009	36.509
	<b>3.614.358</b>	<b>2.899.644</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	47.245	42.268
Ativo de concessão	12.474.048	12.047.558
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.518.151	1.426.083
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.861	9.037
Cauções e depósitos vinculados	58.867	66.987
Estoques	14.771	13.551
Benefício à empregado - Superávit atuarial	105.444	105.444
Instrumentos financeiros derivativos	1.962	2.643
Outros	32.895	25.236
	<b>14.261.244</b>	<b>13.738.807</b>
Investimentos	2.037.978	1.848.092
Imobilizado	75.697	25.539
Intangível	25.069	30.142
	<b>2.138.744</b>	<b>1.903.773</b>
	<b>16.399.988</b>	<b>15.642.580</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>20.014.346</b>	<b>18.542.224</b>



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos	981.588	334.067
Debêntures	26.097	23.707
Arrendamento	9.772	0
Fornecedores	72.057	88.358
Tributos e encargos sociais a recolher	287.386	54.382
Encargos Regulatórios a recolher	45.687	40.262
JCP e dividendos a pagar	8.411	7.835
Obrigações trabalhistas	41.182	37.047
Valores a Pagar - Funcesp	3.782	4.250
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	70.150	34.310
	<b>1.548.592</b>	<b>626.698</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Empréstimos e Financiamentos	660.197	1.215.689
Debêntures	1.480.445	1.441.504
Arrendamento	42.449	0
PIS e COFINS Diferidos	1.192.371	1.176.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.686.190	2.603.438
Encargos Regulatórios a recolher	41.836	35.925
Provisões	86.780	90.708
Reserva Global de Reversão - RGR	17.232	19.093
Outros	35.152	33.078
	<b>6.242.652</b>	<b>6.616.001</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	7.404.769	7.404.769
Outros Resultados Abrangentes	77.405	73.192
Lucro/Prejuízo Acumulados	876.789	0
	<b>11.949.649</b>	<b>11.068.647</b>
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	273.453	230.878
	<b>12.223.102</b>	<b>11.299.525</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>20.014.346</b>	<b>18.542.224</b>





**Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS**

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T19	3T18	Var (%)	9M19	9M18	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>855.963</b>	<b>1.290.219</b>	<b>(33,7%)</b>	<b>2.796.567</b>	<b>2.528.525</b>	<b>10,6%</b>
Receita de Infraestrutura	178.632	80.464	122,0%	396.670	274.091	44,7%
Receita bruta de Operação e Manutenção	250.903	276.953	(9,4%)	810.852	754.826	7,4%
Remuneração dos ativos de concessão	416.548	926.265	(55,0%)	1.564.988	1.479.544	5,8%
Outras Receitas	9.880	6.537	51,1%	24.057	20.064	19,9%
<b>Deduções à Receita Operacional</b>	<b>(119.137)</b>	<b>(154.868)</b>	<b>(23,1%)</b>	<b>(367.653)</b>	<b>(315.299)</b>	<b>16,6%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>736.826</b>	<b>1.135.351</b>	<b>(35,1%)</b>	<b>2.428.914</b>	<b>2.213.226</b>	<b>9,7%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(325.485)</b>	<b>(196.145)</b>	<b>65,9%</b>	<b>(837.399)</b>	<b>(616.758)</b>	<b>35,8%</b>
Pessoal	(90.124)	(82.624)	9,1%	(265.336)	(247.838)	7,1%
Material	(119.044)	(40.385)	194,8%	(260.722)	(180.861)	44,2%
Serviços	(92.669)	(59.688)	55,3%	(234.217)	(151.142)	55,0%
Depreciação	(5.014)	(2.261)	121,8%	(15.416)	(6.728)	129,1%
Outros	(18.634)	(11.187)	66,6%	(61.708)	(30.189)	104,4%
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>411.341</b>	<b>939.206</b>	<b>(56,2%)</b>	<b>1.591.515</b>	<b>1.596.468</b>	<b>(0,3%)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(34.802)</b>	<b>(49.331)</b>	<b>(29,5%)</b>	<b>(138.838)</b>	<b>(110.316)</b>	<b>25,9%</b>
Rendimento de Aplicações Financeiras	19.911	19.329	3,0%	52.695	48.562	8,5%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(6.225)	(17.390)	(64,2%)	(39.010)	(36.436)	7,1%
Juros Ativo/Passivos	(626)	(599)	4,5%	(1.453)	(1.759)	(17,4%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(37.561)	(40.182)	(6,5%)	(110.799)	(106.938)	3,6%
Outras	(10.301)	(10.489)	(1,8%)	(40.271)	(13.745)	193,0%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>376.539</b>	<b>889.875</b>	<b>(57,7%)</b>	<b>1.452.677</b>	<b>1.486.152</b>	<b>(2,3%)</b>
Equivalência Patrimonial	47.941	95.427	(49,8%)	129.668	136.992	(5,3%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	872	(24.446)	(103,6%)	3.632	(19.755)	(118,4%)
<b>Resultado Anterior aos Tributos</b>	<b>425.352</b>	<b>960.856</b>	<b>(55,7%)</b>	<b>1.585.977</b>	<b>1.603.389</b>	<b>(1,1%)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>14.067</b>	<b>(234.270)</b>	<b>(106,0%)</b>	<b>(326.486)</b>	<b>(425.113)</b>	<b>(23,2%)</b>
Corrente	4.830	(152.616)	(103,2%)	(242.287)	(497.120)	(51,3%)
Diferido	9.237	(81.654)	(111,3%)	(84.199)	72.007	(216,9%)
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>465.799</b>	<b>1.013.079</b>	<b>(54,0%)</b>	<b>1.742.126</b>	<b>1.722.328</b>	<b>1,1%</b>
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador</b>	<b>439.419</b>	<b>726.586</b>	<b>(39,5%)</b>	<b>1.259.491</b>	<b>1.178.276</b>	<b>6,9%</b>
Participação do Acionista não Controlador	(4.342)	(3.419)	27,0%	(12.588)	(10.164)	23,8%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>435.077</b>	<b>723.167</b>	<b>(39,8%)</b>	<b>1.246.903</b>	<b>1.168.112</b>	<b>6,7%</b>



## Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>1.431.122</b>	<b>1.120.865</b>
Lucro Líquido do período	1.259.491	1.178.276
PIS e COFINS diferidos	15.805	(3.639)
Depreciação e amortização	15.416	6.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84.199	(72.007)
Demandas judiciais	2.931	(15.920)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	6	1.222
Benefício fiscal – ágio incorporado	27	28
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.867	1.867
Realização da perda em controlada em conjunto	(1.488)	(1.581)
Resultado de aquisição de controle	0	24.756
Resultado de equivalência patrimonial	(129.668)	(136.992)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	182.536	138.127
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>	<b>(652.643)</b>	<b>(497.983)</b>
Caixa restrito	(5.052)	(7.609)
Ativo de concessão	(377.116)	(80.863)
Estoques	3.403	21.711
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(92.068)	(112.683)
Tributos e contribuições a compensar	(186.173)	(299.117)
Despesas pagas antecipadamente	(6.273)	(8.527)
Cauções e depósitos vinculados	10.016	4.246
Crédito com controladas	(203)	480
Outros	823	(15.621)
<b>Aumento (diminuição) de passivos</b>	<b>252.888</b>	<b>362.676</b>
Fornecedores	(16.300)	(3.376)
Tributos e encargos sociais a recolher	233.036	449.198
Obrigações trabalhistas	4.135	6.171
Impostos parcelados	0	(58.146)
Encargos regulatórios a recolher	9.719	517
Provisões	(13.363)	(10.987)
Valores a pagar Funcesp	(468)	1.523
Reserva Global de Reversão	(1.861)	(1.860)
Outros	37.990	(20.364)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.031.367</b>	<b>985.558</b>
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(545.993)</b>	<b>(1.013.027)</b>
Aplicações financeiras	(474.006)	(969.813)
Imobilizado	(1.893)	(4.179)
Intangível	(1.138)	(922)
Investimentos	(73.750)	(46.880)
Caixa adquirido em combinação de negócios	0	3.667
Dividendos recebidos	4.794	5.100
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(495.004)</b>	<b>33.620</b>
Adições de empréstimos	100.000	1.208.196
Pagamentos de empréstimos (principal)	(76.980)	(259.586)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(120.016)	(88.105)
Transações com acionistas não controladores	(12.588)	(10.164)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.883)	25.841
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(369.537)	(842.562)
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.630)</b>	<b>6.151</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.740	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.110	12.736
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.630)</b>	<b>6.151</b>